



CONSELHO DE ILHA DE SÃO MIGUEL

Edifício dos Paços do Concelho de Lagoa
Largo D. João III | 9560-045 Lagoa
Telf.: 296 960 600 Fax: 296 916 229
www.conselhoilhaomiguel.pt
E-mail: geral@conselhoilhaomiguel.pt



“Antes morrer livres que em paz sujeitos”

Exmo. Senhor
Presidente da Comissão Especializada
Permanente de Economia
Assembleia Legislativa da Região Autónoma
dos Açores
Rua Marcelino Lima
9901-858 HORTA

17 de novembro de 2021

Assunto: PEDIDO DE PARECER SOBRE A PROPOSTA DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 21/XII – PLANO REGIONAL ANUAL PARA 2022.

Exmo. Senhor Presidente,

Tendo presente o ofício enviado por V. Ex.^a, com a referência S/3196/2021-11-02, que muito agradecemos, junto enviam-se os pareceres elaborados pelos membros deste Conselho de Ilha, a saber: Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada; Câmara Municipal de Lagoa; Amigos dos Açores e UGT – União Geral de Trabalhadores dos Açores.

Com os melhores cumprimentos,

O PRESIDENTE DA MESA DO CONSELHO DE ILHA

Rui Moreira da Silva Coutinho





CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA
Associação Empresarial das Ilhas de São Miguel e Santa Maria

Membro Honorário da Ordem de Mérito Agrícola, Comercial e Industrial
Instituição de Utilidade Pública
Fundada em 1835

PROPOSTA DE PLANO PARA 2022

Parecer

A Câmara do Comércio e Indústria dos Açores apresentou oportunamente pareceres sobre as antepropostas de Plano e de Orçamento para 2022.

A Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada/Associação Empresarial das Ilhas de S. Miguel e Santa Maria (CCIPD) acompanha os referidos pareceres, que têm uma avaliação de carácter regional, que é também o âmbito das políticas públicas.

Neste quadro, a CCIPD entende realçar as seguintes considerações de carácter genérico sobre a proposta de Plano para 2022:

- O plano vai ser executado num período que se espera de retoma integral da atividade da generalidade dos setores, alguns dos quais estiveram com períodos longos em significativa inatividade, desde março de 2020, devido à pandemia, o que provocou uma profunda situação de crise, que continua a ter significativos reflexos, designadamente na situação financeira das empresas;
- A proposta de plano integra um conjunto de princípios, objetivos e medidas que vão ao encontro do que esta Câmara tem vindo a defender ao longo dos anos, designadamente numa perspetiva da Região ter uma economia menos dependente do setor público e, conseqüentemente, com maior predomínio da atividade empresarial privada;
- O montante da dotação global do plano é importante, mas mais relevante é a forma como são distribuídos os recursos pelas diversas medidas, bem como a sua taxa de execução;
- O setor do turismo que foi muito afetado pela pandemia, necessitava de uma dotação robusta para a sua revitalização, o que não acontece, para mais num contexto de grande agressividade de captação de turistas pelos diversos destinos e também pelo seu impacto num conjunto de outras atividades;
- Mantém-se significativas dotações nas áreas dos transportes, com especial relevo para a componente aérea;



CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

Associação Empresarial das Ilhas de São Miguel e Santa Maria

Membro Honorário da Ordem de Mérito Agrícola, Comercial e Industrial

Instituição de Utilidade Pública

Fundada em 1835

- Releva-se positivamente a dotação direcionada para a recapitalização das empresas, aguardando-se que os instrumentos a criar tenham em consideração a realidade empresarial regional;
- Preocupação com os atrasos registados na aprovação da Parceria portuguesa com a Comissão Europeia, no que se refere ao novo quadro financeiro plurianual;
- Consideram-se positivas algumas das orientações na área da formação profissional, com novas e mais aprofundadas apostas principalmente na requalificação dos trabalhadores ao serviço das empresas;
- Manifestada preocupação com a falta de recursos humanos em diversas atividades;
- O Comércio e a Indústria carecem de reforço de meios face aos objetivos previstos;
- A proposta apresenta boas intenções de medidas de apoio para a transição digital e inovação, mas com dotações residuais;
- Releva-se o esforço financeiro para “salvar a SATA”;
- Considera-se importante realçar os impactos positivos da implementação da “Tarifa Açores”;
- Decisão positiva de realização de um “estudo sobre o modelo de transporte marítimo de mercadorias”.

No que se refere, em concreto, à ilha de S. Miguel, a CCIPD entende salientar os seguintes aspetos:

- A proposta de Plano para S. Miguel apresenta um crescimento global na sua dotação em 5,9%, comparativamente com o aprovado para 2021;
- O turismo apresenta um ligeiro decréscimo, comparativamente com o valor previsto para 2021. Não se compreende esta situação quando S. Miguel é responsável por 64,3% das dormidas (dados de setembro 2021) e num contexto em que se torna necessário fazer um esforço suplementar para redinamizar o setor;
- Realça-se o aumento da dotação para a competitividade empresarial (36,1%) e para a construção de estradas regionais (21,7%);



CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

Associação Empresarial das Ilhas de São Miguel e Santa Maria

Membro Honorário da Ordem de Mérito Agrícola, Comercial e Industrial

Instituição de Utilidade Pública

Fundada em 1835

- Relativamente ao porto de Ponta Delgada, regista-se positivamente:

- Plano de Ordenamento Portuário;
- Aquisição designadamente de rebocador e grua portuária.

Ainda no que se refere ao porto de Ponta Delgada, esta Câmara tinha muita expectativa com a realização do “estudo do novo porto de mercadorias de Ponta Delgada”, prevista no Plano para 2021. A preocupação desta Câmara prende-se com o facto de não se saber, pela execução já realizada, se tal estudo foi ou não concretizado. Este é um assunto relevante e da maior importância para S. Miguel;

- Regista-se positivamente o acréscimo na dotação para “Igualdade de Oportunidades, Inclusão Social e Combate à Pobreza”, importando se será suficiente para ajudar a resolver os problemas sociais já há muito identificados. Neste âmbito, realça-se a importância dos programas de formação e de outras medidas estruturais no combate à pobreza, que grassa especialmente em S. Miguel;

- O orçamento contempla uma redução para a saúde, o que terá implicações negativas para as empresas fornecedoras do Serviço Regional de Saúde, designadamente ao nível dos atrasos nos pagamentos, situação que irá penalizar muitas empresas micalenses;

- Um aspeto que não merece a concordância desta Câmara prende-se o aumento de apenas um voo semanal entre Sta. Maria e S. Miguel nas novas Obrigações de Serviço Público;

- Salienta-se negativamente a redução de 26,8% no apoio aos media, bem como no que se refere à reabilitação de estradas regionais (19,8%)

- Seria importante que o plano viesse acompanhado pela execução financeira dos anteriores documentos, a nível ilha e com maior desagregação;

Ponta Delgada, 16 de novembro de 2021



PARECER DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA
À PROPOSTA DO PLANO E ORÇAMENTO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS
AÇORES PARA 2022

Relativamente à Proposta do Plano e Orçamento para a Região Autónoma dos Açores, para o ano 2022 e, após a análise do documento final, a Câmara Municipal, no que toca ao concelho de Lagoa, mantém o parecer anterior, onde constam considerações importantes, relativamente aos investimentos inscritos para o concelho da Lagoa e que continuam a ser pertinentes, as quais relembramos:

Deste modo, no projeto **2.10**, relativo à Cooperação com Municípios, está previsto o investimento agora de 1 milhão e 95 mil euros, valor que voltamos a questionar a que se destina concretamente e qual a sua real distribuição por Município, deduzindo, eventualmente, que se trate do IRS aos Municípios.

Na Área Social, que consideramos uma das mais importantes e prioritárias, por ser um pilar basilar para o bem-estar da população, detetamos que, apenas se encontra inscrita uma verba de 200 mil euros, no projeto **2.3.7**, referente à construção do Lar Residencial e Centro de Atividades Ocupacionais da Lagoa, pelo que, interrogamos a fase em que este projeto se encontra para ter um valor de investimento que é aparentemente baixo para um projeto que já estava concluído (quer projeto de arquitetura, quer especialidades) e cujo investimento global é superior a 3 milhões de euros.

Ainda nesta área, notámos a ausência de qualquer outro compromisso de cariz social para o concelho da Lagoa, que entendemos ser uma área fundamental.

Assim, no âmbito social torna-se necessária a construção de mais uma creche no concelho, o aumento de vagas / ampliação da rede de ATL 's, o aumento de camas em lar, recordando, neste caso, o programa eleitoral de construção de um lar de idosos na vila de Água de Pau, a construção de uma Unidade de Cuidados Continuados, o reforço de respostas ao nível do apoio domiciliário e a abertura de centros de dia nas freguesias de Santa Cruz e Água de Pau.

No projeto **2.6**, referente à Promoção, Reabilitação e Renovação Habitacional, com uma verba inscrita de mais de 9 milhões de euros, repartida por várias rúbricas,

questionamos, qual o montante que será investido no concelho da Lagoa, sobretudo para colmatar carências habitacionais.

Quanto à Educação, somos o único concelho dos Açores que ainda tem uma escola a carecer de reabilitação profunda, mais concretamente na Escola Pe. João José do Amaral.

Nesse ponto, verificámos que no projeto **12.15.5**, referente à Requalificação das Instalações da EBI de Lagoa, se encontra inscrita uma verba de 50 mil euros que consideramos ser manifestamente insuficiente para as obras que são necessárias. No mínimo consideramos essencial a inscrição de verba para fazer face ao projeto de requalificação da escola.

No que concerne às Pescas e Assuntos do Mar e em concreto para o concelho da Lagoa, regista-se no projeto **12.21.2**, respeitante à Melhoria das Condições Operacionais e de Segurança no Porto de Pesca dos Carneiros, a inscrição de um investimento de 162 mil e 400 euros, o qual gostaríamos de aferir a que se destina, concretamente.

Uma menção também ao Parque de Ciência e Tecnologia de São Miguel, sediado na Lagoa, onde se encontram inscritos 5 milhões de euros, no projeto **12.23.1**, que deduzimos serem referentes ao 2.º edifício (Lote 32), que já se encontra em construção, consideramos que, sendo este um orçamento para 2022, nota-se a ausência de verba prevista para o início do projeto de construção do 3.º edifício do Nonagon, que deveria ser contemplada, cuja cave já está construída para esse efeito e, tendo por base as palavras que foram proferidas pela sra. Secretária da Cultura, Ciência e Transição Digital, aquando da visita realizada às obras do 2.º edifício.

Relativamente ao previsto para as Estradas, mais precisamente no projeto **12.2** encontram-se inscritos 5 milhões e 900 mil euros para Reabilitação de Estradas

Regionais, e este é um ponto que merece, da nossa parte, o realce pela necessidade de repavimentação, do troço da Estrada Regional 1-1.^a, entre o cruzamento do Canto João Moniz e a Grota do João Luís, na freguesia de Santa Cruz.

Ainda no projeto 12.7, onde estão previstos 2 milhões e 310 mil euros, destinados ao Sistema de Transportes Terrestres e Segurança Rodoviária, informamos da necessidade de instalação de radares de controlo de velocidade na rede viária regional que atravessa o concelho da Lagoa, designadamente nas zonas urbanas, de forma a promover a segurança rodoviária, que se estima em cerca de 200km.

Outro aspeto que nos importa referir nesta Anteproposta de Plano e Orçamento para 2022 é o facto de não ser evidente a real e efetiva participação dos Municípios no Plano de Recuperação e Resiliência, que é um instrumento financeiro de fulcral importância, para o qual os municípios têm todo o interesse, no caso particular da Lagoa, principalmente no que concerne à Habitação, à Ação Social e à Educação.

É também importante registar que, apesar do compromisso do Presidente do Governo Regional em pagar o IVA aos Municípios, não identificamos a inscrição desta rubrica na Proposta de Orçamento apresentada.

Em suma, e no que à Lagoa diz respeito, temos a registar que, da análise efetuada à Proposta do Plano e Orçamento para 2022 constatámos que, apesar do concelho da Lagoa ter um peso relativo em termos populacionais na Região, de cerca de 6%, o peso das ações contempladas em Orçamento para este concelho traduz-se numa percentagem relativa de apenas 0,5% do montante total previsto em orçamento, o que para este município é manifestamente insuficiente para as reais necessidades do concelho, pelo que, a nossa expectativa será de ver refletido nesse Plano o reforço de investimento para a Lagoa.

A Presidente da Câmara Municipal de Lagoa



Cristina Calisto

Lagoa, 10 de novembro de 2021



Conselho de Ilha de São Miguel

Largo D. João III S/N

9560-045 Lagoa

Sua Referência

Sua Data

Nossa Referência

Data

0036/19

15/11/2021

Assunto: Plano Regional Anual 2022 - Conselho de ilha de São Miguel | Parecer

Ex.mo Sr. Presidente do Conselho Económico e Social dos Açores,

No âmbito da representação das associações de defesa do ambiente no Conselho de ilha de São Miguel e na decorrência da solicitação de parecer à proposta do Plano Regional Anual 2022 (PRA 2022) recebida através de correio eletrónico, remetemos nosso documento.

Dentro do nosso contributo sectorial na área ambiental, consideramos que as propostas se materializam, na generalidade, conservadoras em relação aos anos transatos, sem apresentação de soluções para problemáticas apresentadas pelos nossos pareceres de anos anteriores, como é o caso da definição de políticas e estratégias para o combate às plantas invasoras, o investimento em medidas tangíveis que visem o alcance das metas europeias para o tratamento de resíduos, ou a estruturação de rede de trilhos pedestres coerente em algumas ilhas, entre outros.

Por outro lado, reconhecendo a dimensão plurianual dos projetos LIFE, bem como o seu peso relativo no orçamento na área do ambiente, considera-se que são pouco conhecidas do público a sua execução e implementação, de um modo informativo e participativo, numa lógica de cooperação e capacitação pública.

Com o conhecimento do Plano continua-se a desconhecer o nível de implementação de certas medidas por várias já vezes apresentadas, as quais tiveram evidências de progresso muito reduzidas, como são exemplos o licenciamento único ambiental, o Sistema de Recolha e Gestão de Informação Cadastral (suspenso até ao final do ano, sem que seja apresentada estratégia clara de capacitação técnica para 2022), as cartas de desporto na natureza (referidas em planos anuais desde 2017), entre outros, e as quais se espera que venham a ser efetivadas tão breve quanto possível.

No âmbito das intervenções preconizadas em áreas protegidas (mata da Lagoa do Congro, entre outros), apela-se à apresentação pública de projetos em fase prévia, envolvendo os cidadãos e entidades.

Qualidade Ambiental e Alterações Climáticas

Destaca-se a importância da revisão do Regime Jurídico da Avaliação do impacto e do licenciamento ambiental anunciada no plano anterior, lembrando que a aplicação deste regime se encontra ociosa, por manifesta desatualização e, quiçá, caducidade em relação à legislação nacional e comunitária.

Destaca-se a iniciativa da medida da concretização do Plano Regional para o Radão, bem como da monitorização ambiental da radioatividade e o estabelecimento de regime jurídico da proteção radiológica, referência que já constava do plano do ano anterior sobre o qual ainda não se constatou progresso.

Conservação da Natureza e Biodiversidade

No que se refere ao reforço da estratégia de combate à progressão e de erradicação de espécies exóticas e invasoras, assunto que julgamos ser da maior importância a nível ambiental e ao qual temos aludido sistematicamente, não verificamos medidas nas quais se possa avaliar o referido esforço.

Enaltece-se mais uma vez a realização de estudos de avaliação da capacidade de carga das áreas protegidas da Região, medidas já anunciadas em planos anteriores, e recomenda-se que esses estudos sejam elaborados de forma sistemática às áreas com maior pressão de visitação e que sejam dados a conhecer à comunidade da forma mais sintética e transparente possível.

Por último, questiona-se a implementação das cartas de desporto na natureza, tal como apresentado em planos anteriores.

Recursos Hídricos e Rede Hidrográfica

Relativamente à monitorização e manutenção da rede hidrográfica e à rede de monitorização do ciclo hidrológico, para além do reforço anunciado, julgamos, de acordo com sugestões já efetuadas em planos anteriores, que os dados da rede hidrometeorológica dos Açores deveriam estar mais próximos da comunidade, nomeadamente na sua disponibilização numa plataforma mais acessível, por exemplo aos dispositivos móveis ou até através de uma aplicação para os mesmos.

Ordenamento do Território

Em relação ao Ordenamento do Território julga-se muito pertinente a Revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial dos Açores, de um modo realista, uma vez que consideramos que foi muito baixa a implementação do sistema em vigor.

A adaptação do Regime Jurídico da Reserva Ecológica à Região Autónoma dos Açores constituiu uma medida já apresentada no plano do ano anterior, a qual esperamos que realmente se efetive em 2022.

Destaca-se como positiva a revisão dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira, bem como o destaque de uma maior implementação dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira, Planos de Ordenamento das Bacias Hidrográficas das Lagoas e de outros Instrumentos de Gestão Territorial.

Dado o período de vigência de muitos dos Instrumentos de Gestão Territorial se encontrar ultrapassado, espera-se do Governo Regional uma proatividade muito significativa na revisão de planos, uma vez que se julga importante honrar os compromissos temporais que se materializam em prazos legais, de modo a credibilizar o planeamento e ordenamento do território perante as instituições e cidadãos, seja no âmbito regional ou municipal.

Destaca-se, pela positiva, a implementação de sistemas de alerta de cheia em bacias de risco, bem como a elaboração de cartografia de risco para a mitigação e adaptação das alterações climáticas.

Numa perspetiva de informação dos cidadãos, considera-se o desenvolvimento do Sistema Regional de Informação Territorial uma boa iniciativa, ainda que tardia, e protelada ao longo dos últimos anos.

Por último, e de um modo transversal, nunca é demais destacar que julgamos ser importante uma política de educação ambiental e de participação pública robustas, por uma sociedade capacitada e interventiva, das quais mais não se vislumbram destaques no Plano, bem como a aposta na dinamização de infraestruturas e centros de interpretação ambiental existentes que o Governo Regional passou a ter à sua gestão direta – com a internalização da empresa pública Azorina – da qual voltamos a lembrar o pomar junto à Lagoa das Furnas, estrutura de inestimável valor para a educação ambiental, que se encontra lamentavelmente subaproveitada desde a sua recuperação.

Com os nossos cumprimentos,



Diogo Caetano



PARECER DA UGT/AÇORES SOBRE A ANTEPROPOSTA DO PLANO E ORÇAMENTO ANUAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES PARA 2022

INTRODUÇÃO

Embora com restrições e de forma assimétrica nos diversos setores, a apresentação do documento supra designado, ocorre num momento de forte retoma da atividade económica a nível mundial, esperando a UGT Açores, que aconteça de forma segura e definitiva para gáudio das pessoas e alívio dos Governos e demais entidades diretamente envolvidas no combate à pandemia do COVID 19.

Sabemos que a disrupção sistémica provocada por tal enfermidade, veio alterar de forma radical o cenário económico mundial que se vinha registando nos últimos anos, reflexo do forte impacto ao nível da procura e oferta nos fluxos de comércio internacional, em especial das economias mais desenvolvidas e com maior peso nessa atividade, como destaque para a China, EUA Alemanha, Japão, União Europeia e mesmo nas economias emergentes.

Porventura, viveu-se a situação de maior constrangimento alguma vez verificada desde os primórdios do século passado, a que se associou uma difícil situação financeira, face à grande redução das receitas e ao aumento das despesas, naturalmente com fortes repercussões internas ao nível do normal funcionamento do quotidiano coletivo.

Neste contexto, os governos foram obrigados a deitarem mão de políticas financeiras e orçamentais, menos ortodoxas, e a adotarem medidas excecionais de apoio aos sistemas de saúde, de proteção social e de apoio às empresas e em geral a todo o setor produtivo.

Tomando por base a caracterização e enquadramento do documento em análise, podemos verificar que a previsão para 2021, mercê dos indicadores do 2º trimestre, como sejam, crescimento do PIB, Exportações, Consumo, Investimento, Desemprego e Criação de Emprego, etc, são bastante positivos, a nível global, nacional, e internamente na Região Açores, deixando-nos de alguma forma tranquilos e a acalentar esperanças num futuro com garantias, e precursor de uma vida condigna e estável para todos, em especial para os que trabalham e vivem nos Açores.

Para o efeito, a UGT Açores, seguindo a estrutura do documento, aborda na integra um conjunto de propostas que lhe parecem merecedores de atenção especial por parte do Governo Regional por forma a obter-se tal desiderato, e assim, proporcionar também o acesso ao nível de vida e de bem-estar social dos trabalhadores e açorianos em geral ao dos seus congéneres europeus.



I. POLÍTICAS SECTORIAIS

POLÍTICAS PARA COESÃO E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

- **Solidariedade Social**

O êxito conseguido com o plano de vacinação, conjugado com as medidas de apoio social no combate à pandemia do COVID 19, tem conduzido ao aliviar do esforço financeiro encetado pelo Governo para combater as fortes penalizações, então infligidas na economia Regional, traduzidas no encerramento, suspensão, ou limitação da atividade económica, com repercussões drásticas ao nível do emprego, cujos efeitos se refletiram diretamente no rendimento das famílias.

Tal situação, leva-nos a **propor** que se façam com **gradualismo e proporcionalidade, à medida que a retoma da atividade económica e consequentemente do emprego for atingindo a normalidade, para o que conta o Governo com um instrumento importante e bastante benéfico se criteriosamente utilizado, o PRR, Plano de Recuperação e Resiliência.**

Nesta linha, e com fim das moratórias de créditos à vista, apelamos a especial atenção para a criação de **medidas de apoio a empresas e famílias**, que poderão ser apanhadas ainda sem condições de retomarem os planos prestacionais acordados com a Banca e Instituições Financeiras.

Mais, continuamos a preconizar uma política de cooperação ativa com as IPSS/Misericórdias reforçando-se o apoio às instituições que atuam na área do combate à pobreza e à exclusão social, e no apoio domiciliário e assistência familiar dos idosos mais carenciados, bem como no apoio à prestação de cuidados de retaguarda a pessoas acamadas e em evidentes condições de fragilidade física ou psicológica, pelo que **apelamos a um planeamento sério e responsável para a construção destes equipamentos, principalmente de centros de dia e lares de terceira idade**, e, até hospitais de retaguarda nas localidades onde há necessidade efetiva desses equipamentos.

Neste contexto, a UGTA reivindica aqui, na sequência do propósito anunciado pelo próprio Governo nesta sede, no sentido de aumentar o rendimento dos jovens e dos idosos, **o regresso à política de atualização ou aumento anual do complemento regional de pensão para idosos e do complemento regional do abono de família, bem como da remuneração complementar**, pelo que encorajamos o Governo Regional a continuar o esforço demonstrado em reforçar os acordos de cooperação financeira com as IPSS/Misericórdias por forma a cumprirem cabalmente



a sua missão, e, também que lhes permitam atualizar e aumentar os rendimentos do trabalho dos seus trabalhadores.

➤ Igualdade, Inclusão Social e Combate à Pobreza

Não obstante o esforço de investimento nos últimos anos em equipamentos e infraestruturas de apoio alusivas ao tema, inquieta-nos e preocupa-nos a posição nos últimos lugares do ranking que a Região persistentemente vem ocupando neste domínio ao nível nacional e internacional, adiando indefinidamente o sonho de vivermos numa sociedade livre, de cariz humanista, respeitadora das liberdades, próprios duma Democracia Liberal do tipo Ocidental e em consonância com a Declaração Universal dos Direitos do Homem,.

Neste contexto, apelamos para uma atenção especial no sentido de se inverter esta situação, usando para o efeito medidas e ações bem estudadas e adequadas às situações mais problemáticas da nossa sociedade, como a **toxicodependência, o abandono escolar precoce, a dependência excessiva do RSI, taxa de Risco de Pobreza, etc.**

Neste âmbito, entende a UGTA que deveria ser equacionada a criação e instalação de uma clínica para tratamento de toxicodependentes e um centro educativo para internamento de jovens delinquentes, a exemplo de Lisboa e Funchal.

Pese embora algumas melhorias decorrente de medidas e ações encetadas pelos governos cessantes, sendo esta matéria transversal a toda a sociedade, concordamos genericamente com os plasmado no documento, achando contudo, **que é necessário uma nova política neste domínio**, sobretudo criando **incentivos ao trabalho** (por exemplo com um complemento salarial nalguns casos, em vez do RSI puro e duro), **escolarização e formação profissional**, proporcionando ao público alvo, a sua inclusão na sociedade com iguais direitos e deveres de cidadania, livrando-o do estigma e censura que por vezes injustamente sobre ele recai.

➤ Habitação

Existindo ainda um vasto público com dificuldades em aceder a uma habitação condigna e condições higiénico-sanitárias, apela-se para a prioridade que tem de ser dada aos mais pobres e desfavorecidos, incluindo na **compra, ou, a melhoria das suas atuais habitações, integrados paisagisticamente e em consonância com as necessidades da atividade económica predominante nas localidades onde residem**, (não faz sentido nenhum construir-se prédios urbanos em altura, do tipo apartamentos em zonas rurais), **evitando-se desta forma a criação de guetos como se verifica hoje em dia nalgumas localidades da Região.**



Para o efeito, achamos também que se deveria dar mais oportunidades a quem quer construir casa própria, disponibilizando ao mesmo tempo terrenos loteados nas respetivas localidades, reforçando **orçamentalmente** se necessário o **Programa de Auto-construção**, evitando-se assim o fenómeno acima mencionado provocado pela construção em massa, e em altura, descaracterizando o perfil urbano e paisagístico das nossas freguesias.

Além disso, continuamos a achar prioritário adquirir e concluir alguns empreendimentos habitacionais inacabados e dispersos um pouco por toda a Região, desde a crise financeira, de má memória para nós, que eclodiu em 2008, e obrigou ao pedido de apoio por Portugal à União Europeia no que foi acompanhada pelo FMI e BCE, dando origem ao celebre PAEF, Programa de Apoio Económico e Financeiro, e dar-lhes o destino para que foram criados, a Habitação cedendo-as após, em regime de arrendamento ou venda a um público adequado.

➤ Educação

Registamos com agrado o esforço de requalificação do parque escolar regional, degradado, fora do atual contexto educacional, sobretudo, no que toca às escolas com coberturas de amianto, material nocivo, face à elevada toxicidade e potencialmente cancerígeno a ponto de ser de uso proibido em toda a União Europeia, e de resto em todo o mundo já há alguns anos.

Ainda neste âmbito, apelamos à tutela o aproveitamento do PRR - Plano de Recuperação e Resiliência, para dotar as escolas dos meios e equipamentos necessários para a tão propalada transição digital, designadamente equipando-as com computadores e meios técnicos e humanos, incluindo no Plano Curricular, a introdução com carácter obrigatório duma disciplina de Informática ou das TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação.

Neste domínio, regozijamo-nos com o esforço encetado pela tutela quanto à **regularização dos vínculos precários de todos os trabalhadores nesta área**, desde os professores, até aos técnico administrativos e auxiliares de educação que se encontram nesta situação, quer através de contratos a termos, quer mesmo através dos programas ocupacionais.

➤ Saúde

A situação pandémica que vivemos recentemente e que ultrapassamos, esperamos nós, com relativo êxito, temos de reconhecer que se deveu a uma boa organização da “task force” criada na Região para o efeito, mas não é demais relevar o desempenho, brio profissional e competências do pessoal que trabalhou, e trabalha nesta área, desde médicos, enfermeiros, técnicos de diagnóstico, auxiliares de ação médica, tripulantes de ambulância, polícia etc. **Para eles o nosso aplauso e reconhecimento pelo esforço, por vezes em condições precárias.**



Porém, a pandemia, também teve a virtude de descobrir, melhor dizendo pôr a nu, as inúmeras deficiências que este setor enfrentava e ainda enfrenta em termos humanos e materiais, não obstante a dívida astronómica que acumulou de alguns anos a esta parte, mercê de políticas completamente erradas e desajustadas da realidade e porventura administrações incompetentes.

É por isso legítimo e da mais elementar justiça, construir e requalificar os equipamentos neste setor, dotando os hospitais e centros de saúde com os meios materiais e humanos necessários para o cabal cumprimento das suas funções, e **acima de tudo atribuir aos seus trabalhadores um vencimento justo e condizente com a sua condição profissional, evitando-se assim a enorme sangria de recursos humanos que se verifica neste setor.**

Aproveitamos o ensejo, para mais uma vez alertar a **Secretaria Regional da Saúde, para compelir os serviços sobre a sua tutela, para o cabal cumprimento das regras e legislação no que toca à classificação e avaliação dos seus funcionários, que estão a ser altamente prejudicados nas suas progressões por falta de avaliação, designadamente, nos centros de saúde e hospitais.**

A UGTA recorda que se encontram por executar os Acordos de Carreiras de Regime Geral e de Carreiras Especiais não revistas dos trabalhadores com contratos individuais de trabalho (CITs) dos Hospitais EPEs da Região que urge implementar rapidamente.

➤ Juventude

Registamos a importância das iniciativas proporcionadas aos jovens através de ações e programas de educação não formal, direcionadas para formação pessoal e cívica para uma cidadania ativa, preparando-os para uma atitude sadia e de tolerância para uma sociedade futura que se prevê cada vez mais heterogénea nos seus modos de vida.

Além disso, encerra o desejo de atrair os jovens para as boas causas e feitos nobres dos seres humanos na sociedade, desviando-os ao mesmo tempo dos caminhos ínvios, da toxicoddependência, ociosidade e práticas reprováveis e mesmo proibidas num Estado de Direito democrático.

Todavia e porque a infância e adolescência são fases muito efémeras, ocupando no ser humano um espaço de tempo muito curto da sua vida, preocupamo-nos também muito com o seu futuro.

A estagnação, e mesmo recessão económica que Portugal, e, a Região por arrastamento vêm experimentando há alguns anos a esta parte, de divergência com os nossos concorrentes diretos na União Europeia (países do Leste Europeu que aderiram depois de nós ao projeto europeu), provocado por políticas económicas totalmente erradas tomadas pelos diversos Governos, sobretudo a partir do início do séc. XXI, **conduziram ao gradual empobrecimento geral do**



País, situação que julgávamos ter ficado definitivamente para trás com o advento da **democracia e sobretudo com a adesão à União Europeia**.

Temos assistido persistente e reiteradamente ano após ano ao esmagamento da classe média, com uma tripla penalização de aumentos de; **impostos, diminuição do poder de compra** face à não atualização salarial, **política de baixos salários** (nos últimos anos só houve aumentos no salário mínimo) a que se associa **o aumento constante da precariedade**.

Perante esta situação, a juventude, os nossos filhos, enfrentam hoje um dos maiores desafios da sua vida, que é decidirem se continuam cá na sua terra, contribuindo assim para a melhoria da sua situação económica, ou, tal como os seus avós e antepassados vão procurar outras paragens para constituírem família e viverem com a **dignidade e a merecida felicidade que qualquer ser humano ambiciona**, que é **terem um trabalho/emprego que lhes proporcione um salário justo condizente com a condição do ser humano**.

Irrefutavelmente, temos de refletir e pelo menos, tentar perceber, porque é, que a nossa geração, que está no poder e toma decisões teve e tem à sua disposição tantos recursos financeiros, a maior parte ofertados na forma de Fundos Comunitários, que até se orgulha de viver em democracia, liberdade e pertencer à União Europeia, **não consegue deixar aos seus filhos uma perspetiva de vida futura melhor do que a que receberam dos seus pais**.

Não bastam os programas de formação para uma cidadania ativa, bem como a construção de escolas e equipamentos sociais que lhes proporcionarão a educação, e formação profissional.

É também necessário proporcionar-lhes o emprego, que, só existirá se houver pessoas dispostas a investirem **na criação de empresas**, situação que só acontecerá com o forte empenho do governo introduzindo o tão propalado novo paradigma de desenvolvimento económico e social.

Para além da criação das infraestruturas necessárias ao desenvolvimento, são também necessários outros incentivos, **no domínio fiscal e financeiro** tendo em vista a criação de condições para os empresários investirem, bem como a atração de investimento estrangeiro, **preferencialmente de valor acrescentado e em “joint-ventures”**, a que não será alheio um **combate feroz à burocracia**, que passa inexoravelmente por maior rapidez e confiança no sistema judicial, e pelo eficaz funcionamento das instituições licenciadoras e inspetivas.

É, pois, por isso, que a UGT Açores se insurge contra o compadrio e amadorismo reinante na sociedade atual, e exige maior rigor, **maior controlo e mais competência na gestão do dinheiro e erário públicos, para o que apela mais uma vez para uma vigilância apertada a quem lhe compete, e a atuação severa e exemplar da justiça para quem prevarica**.



➤ **Qualificação Profissional e Emprego**

Embora sem resultados ainda muito visíveis, congratulamo-nos com a mudança da política alusiva ao tema, desde logo pela iniciativa **de reabertura da Escola de Formação das Capelas, e a introdução sistema de formação DUAL**, desde há muito implementado na maioria dos países da U.E. e incompreensivelmente sempre recusado pelos governos anteriores.

Ademais, esperamos que novo diploma relativo ao Plano Regional de Emprego e Qualificação Profissional na forja, que concentra toda legislação dispersa nesta área, venha a sortir melhores resultados do que o que ainda vigora, pois, não obstante os fortes apoios oficiais alocados, não se verificou idêntica correspondência nos resultados obtidos, já que nem sempre se traduziram na criação de emprego duradouro e sustentável, frustrando assim as legítimas expectativas de quem os frequentava.

Era notório e facilmente constatável o desfasamento entre a oferta e procura no mercado de trabalho, que na nossa ótica nunca era levado muito a sério, pois o que interessava mais, era manter uma taxa de desemprego artificialmente baixa, para fins estatísticos, camufladas por mais de duas dezenas de programas ocupacionais, levando a que grande parte dos formandos ou requalificados raramente conseguiram colocação ou efetivar-se na sua área de formação, sobretudo os jovens e desempregados de longa duração.

Por isso, **a UGTA continua a entender ser necessária uma maior articulação entre empresários/entidades empregadoras, e o Governo Regional dos Açores através do respetivo departamento, na aprovação dos cursos ou da formação a ministrar de forma a satisfazer necessidades do mercado, especialmente nos setores que inequivocamente demonstram uma forte carência de mão de obra especializada, como o do turismo que dá já sinais evidentes e concludentes de retoma.**

Outro setor que julgamos necessitar duma atenção especial nesta matéria, é o da construção civil, que está a ser pressionado pela forte aposta de recuperação de edifícios a afetar à atividade turística, bem como pelo fato de alguns concursos de empreitadas ficarem desertos. **Há uma necessidade efetiva de mão-de-obra neste setor que passa sem dúvida pela formação profissional, mas também como é óbvio pelo pagamento de melhores salários.**

Esta exigência é tanto mais necessária, porquanto sabemos que algumas necessidades dessa mão-de-obra no passado recente foram colmatadas através dos programas ocupacionais, mormente nas autarquias e em IPSS.

Os ditos programas foram criados para suprirem a ineficiência da economia em gerar emprego, mas não para o substituir à semelhança do que se verificava ao serem usados abusivamente pelas



empresas e entidades públicas como mão-de-obra barata, satisfazendo necessidades permanentes, sem qualquer vínculo ou direito laboral e com o pretexto de estarem a resolver um problema social ao proporcionarem algum rendimento a muitas famílias atingidas pelo flagelo do desemprego.

Com a melhoria, da situação pandémica, **a nossa expectativa é que os programas ocupacionais, vão desaparecendo à medida que aquela enfermidade também desapareça dando lugar a emprego efetivo, nem que para isso tenha de existir subsídio às famílias através de um complemento salarial para quem demonstrar rendimentos insuficientes face ao seu agregado familiar.**

Ademais, a utilização abusiva destes trabalhadores gera concorrência desleal e injustiça entre as empresas, provocando desequilíbrios no mercado que podem levar à falência de empresas a priori saudáveis e promissoras.

Uma economia de mercado respeitadora da propriedade privada, da livre iniciativa, propicia à criação de emprego duradouro e sustentável e com direitos, não se coaduna com esta prática que beneficia uns agentes económicos em detrimento doutros, pelo que se espera que venha a ser corrigida.

II - UM FUTURO MAIS DIGITAL E ECOLÓGICO NO SEIO DA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO

➤ **Competitividade Empresarial e Empreendedorismo**

Suscitando o assunto deste objetivo, estamos esperançados que se concretize a **mudança de paradigma de desenvolvimento económico**, que este Governo se propôs implementar, **assente em mais e melhor investimento vocacionado para a produção de bens e serviços transacionáveis, essencialmente os virados para a substituição de importações e para a exportação, geradores de emprego duradouro, sustentável, bem remunerados e com direitos**, proporcionando a realização pessoal e profissional dos trabalhadores açorianos, contribuindo assim para a fixação na Região dos mais capazes e qualificados.

Por isso, a UGT Açores, em parceria com a CCCI - Câmara do Comércio e Indústria dos Açores e a FAA - Federação Agrícola dos Açores, desde há muito se bateram empenhadamente pela redução de 30% nas taxas de imposto do IVA, IRS e IRC para o limite máximo permitido pela Lei das Finanças Regionais, em boa hora já concretizada por este Governo e da qual nos regozijamos, porque estamos cientes que o efeito psicológico positivo nos agentes económicos, trabalhadores e público em geral, induzirá um maior crescimento económico e conseqüentemente uma maior receita fiscal.



A par da medida anterior conjugada com o potencial endógeno da Região, achamos que, deve ser implementada uma política de incentivos económicos e financeiros ao investimento, fazendo dos Açores, uma região mais atrativa para os investidores internos e externos, aliás, a exemplo do que já fazem há muito tempo alguns países e regiões que pertencem à União Europeia.

Nesta conformidade, a UGTA reivindica uma política rigorosa, criteriosa e transparente na concessão de apoios aos investimentos a realizar, que se traduzam na criação duma economia robusta, sustentável e geradora empregos duradouros e bem remunerados.

Não obstante os esforços que estão a ser feitos e dos benefícios decorrentes do PRR - Plano de Recuperação e Resiliência, para salvar o maior número de empresas e com isto milhares de empregos, alerta-se para a **necessidade de diversificação do investimento** face aos riscos e vulnerabilidades associados a fatores exógenos como o que ocorreu recentemente provocada pelo COVID 19, especialmente no setor do turismo.

Uma atenção especial se pede também para com os pequenos e médios investidores, que estão a passar dificuldades para cumprirem com os seus compromissos, após o encerramento dos balcões bancários nas suas localidades, pois também perderam os seus clientes.

As condições ímpares proporcionadas pelo exotismo das paisagens das nossas ilhas, conjugado com a atividade ligada ao setor primário, designadamente as relacionadas com a agropecuária e ao mar, leva-nos a concordar com os apoios públicos que têm vindo a ser injetados no emergente e pujante setor do turismo, atividade com característica de exportação, contribuindo assim para a melhoria da nossa balança comercial.

Concitando o ponto anterior, o Plano de Viabilidade Económica da SATA ainda em análise pela Comissão Europeia., merece da nossa parte, bem como dos restantes membros da parceria, CCIA, FAA e mais recentemente AECOPA, total e amplo apoio, privilegiando o apoio a operadores locais na publicitação e venda do destino no exterior, em vez de se contratar estes serviços a outros estrangeiros ou mesmo de fora.

➤ **Pescas e Mar**

A vastidão do oceano que nos rodeia e a colossal quantidade de recursos que ele acolhe, constituem um enorme potencial, cuja exploração merece a maior atenção por parte do Governo Regional, aliás, conforme as suas propostas plasmadas no documento; desde o investimento nas pescas, e aquacultura, no apoio à modernização da frota pesqueira, na manutenção e recuperação de infraestruturas portuárias, na aquisição duma nova embarcação de investigação científica para



substituir a atual, a criação do Tecnopolo Martec, que se junta a outras estruturas de apoio que já existem, vão no sentido de tirarmos o maior proveito deste recurso imenso que está à nossa disposição.

Todavia achamos que deve continuar a insistir na captação de investimentos para a indústria de transformação de pescado e para o setor da aquacultura, que sendo um tipo de atividade de mão-de-obra intensiva pode absorver parte apreciável do desemprego feminino, ainda elevado na Região, chamando a especial atenção para a não desistência de **construção de uma nova fábrica de conservas na ilha do Pico, achamos que faz todo o sentido uma abordagem junto dos investidores neste tipo de atividade, usando todos os meios ao seu alcance, desde incentivos fiscais, apoios financeiros etc. .**

➤ **Ciência, Tecnologia, Inovação e Transição Digital**

Hoje, mais do que nunca, a condição chave para o desenvolvimento e progresso de qualquer sociedade tem por base a conjugação destes conceitos, através da ligação das universidades e centros de conhecimento com o mundo real, sobretudo ao nível empresarial e institucional.

Para se conseguir este desiderato, preconizamos a adoção de políticas de cooperação com a Universidade dos Açores, estabelecendo protocolos e encomendando estudos e trabalhos que a Região necessite para que esta instituição em conjunto com o mundo empresarial e outras instituições públicas e da sociedade civil, consiga aproveitar todos os fundos comunitários que estão à sua disposição, proporcionando-lhe ao mesmo tempo a visibilidade e projeção que necessita para se afirmar no panorama universitário nacional e até internacional.

Atento ao objetivo de desenvolvimento harmonioso das ilhas dos Açores consagrado no Estatuto Político Administrativo, **a inscrição de uma verba, para garantir o modelo tripolar da Universidade dos Açores**, é também para nós motivo de satisfação, que julgamos também poder funcionar como forma de pressão junto do **Governo central, no que diz respeito ao cumprimento dos seus compromissos e obrigações financeiras com a Universidade dos Açores.**

➤ **Ambiente e Alterações Climáticas**

Não existindo nos Açores uma diversidade de atividades com grande impacto ambiental, e graves efeitos na pegada ecológica, concordamos que se deve continuar a apostar na proteção do ambiente, contribuindo assim para a não degradação da qualidade de vida que nós açorianos e quem nos visita podem desfrutar, pelo que apelamos para uma afetação eficiente dos recursos disponíveis para ações e medidas na proteção do ambiental e belezas naturais.



➤ Ordenamento do Território e Recursos Hídricos

A condição de Região geograficamente localizada a meio do Atlântico Norte, entre os Estados Unidos e a União Europeia, aliada a uma eficiente utilização dos recursos energéticos com origem na natureza, poderá ser sem dúvida a chave de sucesso para o nosso futuro, porquanto podemos apresentar ao mundo como região livre da pegada de carbono e sem a poluição agressiva dos grandes centros urbanos e industriais.

Neste contexto apoiamos as medidas que vão ao encontro deste desígnio, mas que seja sustentável e não castradora do nosso desenvolvimento económico, sob pena de termos a energia mais limpa e inofensiva do mundo, mas a um custo tão alto que a torne inútil por inacessibilidade aos nossos bolsos.

➤ Comércio e Indústria

Pelo elevado peso que têm na nossa economia, preconizamos uma mudança de políticas, aliás como largamente enunciado nos programas eleitorais dos partidos que sustentam este governo, por forma a atrair investimentos capazes de gerarem riqueza, e consequentemente uma eficiente distribuição de rendimentos via ordenados remunerados condignamente.

Nunca é demais alertar para o fato de atualmente cada vez mais trabalhadores auferirem o salário mínimo, marca dum progressivo empobrecimento e indicador duma sociedade pouco desenvolvida, para o que é necessário efetivamente uma mudança no paradigma de desenvolvimento económico, que esperamos ser implementado, conforme assumido no programa do Governo.

Assistimos hoje a uma rápida aproximação do salário mínimo ao salário médio, o que tem gerado grande indignação e fortes sentimentos de injustiça, e alguma marginalização social nos trabalhadores, levando sobretudo, os mais qualificados a procurarem outros países ou regiões para terem uma vida condigna, de acordo com as suas aspirações e competências, como está sobejamente demonstrado por toda a parte onde há emigrantes portugueses, açorianos neste caso.

É de todo incompreensível, que após tantos milhões de euros oferecidos pela União Europeia para o nosso desenvolvimento económico e melhoria das nossas condições de vida, nos encontremos nesta situação.

Assim, preconizamos e reiteramos as reivindicações dos últimos anos:



1 - Maior racionalidade na Utilização **dos Fundos Comunitários** alocados ao desenvolvimento económico e social dos Açores, direcionando-os prioritariamente para a recuperação, aumento da capacidade da nossa estrutura produtiva especialmente a vocacionada para a produção de bens e serviços transacionáveis, que nos permitam obter patamares mais elevados e ambiciosos de crescimento económico do que àqueles que se registaram nos últimos anos;

2 - Uma escolha criteriosa nos investimentos que terão de ser vocacionados para o **Desenvolvimento Económico**, assente na diversidade e dinâmicas empresas produtivas de bens e serviços transacionáveis, que apostem nas nossas capacidades endógenas, nomeadamente nas áreas agrícola, piscatória, transformadora e turística, geradoras de riqueza e emprego sustentáveis, promovendo-se desta forma o aumento da nossa produção virada para a exportação ou substituição de importação;

3 - Mais e melhor **Acompanhamento no Controlo e Fiscalização na Aplicação Dos Fundos Comunitários**, através da criação de entidades independentes permitindo o escrutínio e mecanismos quanto à sua atribuição e aplicação, permitindo ao mesmo tempo o acompanhamento do processo aos parceiros sociais, enquadrando-se aqui a criação dum Gabinete de Combate à Corrupção;

4 - Mais e melhor **Formação e Qualificação Profissional**, como forma de se combater eficazmente o desemprego, a precariedade laboral, a perpetuação dos programas ocupacionais e os atuais índices de pobreza e iliteracia que caracterizam negativamente os Açores;

III - UMA GOVERNAÇÃO AO SERVIÇO DAS PESSOAS, PRÓXIMA E TRANSPARENTE

➤ Informação e Comunicação Social

Face à pequena dimensão das empresas de comunicação social aliado à dispersão territorial do mercado regional, faz com que o apoio financeiro público ao também designado 4º poder, embora não desejado, é por nós, considerado como uma medida imprescindível para a sua sobrevivência, e assim manter os açorianos mais cultos e informados.

Neste particular assume especial destaque para o papel relevante que a RTP Açores, de divulgação externa e ligação com a nossa diáspora, para o que deve ser objeto de atenção especial por parte do Governo Regional, incluindo o exercício de magistratura de influência que o Governo Regional deve ter junto da Administração da RTP nacional, para que sejam reforçados os meios humanos, e materiais, para que a RTP Açores possa de ter um lugar destaque que já teve outrora no meio televisivo cumprindo com a sua missão, de dar a conhecer os Açores e Açorianos ao mundo e os açorianos entre si, incluindo através da produção de séries



de grande sucesso nacional e internacional, como, Xailes Negros, o Barco e o Sonho, Mau tempo no Canal, etc

➤ **Modernização, Eficiência e Transparência da Administração Pública**

Recomendamos a maior atenção e ação do Governo Regional para a necessidade imperiosa do cumprimento dos procedimentos e prazos do sistema de avaliação no âmbito do SIADAPRA, porquanto a sua reiterada falta de cumprimento tem provocado atrasos incompreensíveis e inaceitáveis nas progressões nas carreiras dos funcionários públicos, constituindo um grave motivo de descrença, desânimo e desmotivação profissional destes trabalhadores.

Reivindicamos também, a adoção de medidas administrativas tendo em vista a redução da burocracia e das moras na atuação da administração pública, removendo entraves e delongas na resposta aos cidadãos que têm assuntos pendentes na Administração Regional.

A UGTA preconiza ainda a adoção de uma política de defesa do serviço público, designadamente através da promoção ou reforço da política da prestação de serviços públicos em áreas que não suscitem interesse à iniciativa privada, nomeadamente nos **sectores da saúde e da educação**, assegurando a sua qualidade e acesso universal, como instrumentos indispensáveis de aproximação ao modelo de desenvolvimento económico e social europeu.

Não obstante o processo regional de regularização dos vínculos precários, lançado pelo anterior Governo, constatamos não estar ainda concluído mostrando-se mesmo insuficiente para satisfazer as necessidades regulares e permanentes dos serviços públicos da educação e da saúde na Região, pelo que se alerta para a regularização de vínculos precários na administração pública regional.

Reforço do pessoal assistente operacional das escolas e da saúde mostra-se necessário e urgente ser aqui equacionado.

Preconizamos ainda a aplicação da figura da mobilidade intercarreiras à Região, processo que tem vindo a ser incompreensivelmente adiado, preterido mesmo pelo Governo Regional há já alguns anos, como forma de facilitar e satisfazer os desejos de tantos cidadãos, que além disso cumpriram com um dos objetivos oficiais, ao melhorar seu o nível de qualificação e formação académica e assim contribuir para a ascensão da Região no ranking da educação a nível nacional e europeu.

Ainda no âmbito da eficiência administrativa, reiteramos a par de formação profissional, a valorização salarial para os trabalhadores das lojas do cidadão - RIAC, uma vez que a atividade



destes trabalhadores é multidisciplinar, abrangendo um grande leque de funções e tarefas por vezes com elevado grau de complexidade.

Reiteramos o apelo de um esforço para a criação de uma política de planeamento e acompanhamento eficaz no combate à ilegalidade e evasão fiscal, através do reforço dos meios e ações inspetivas, designadamente no domínio do Trabalho e Segurança Social, a que se junta o combate ao desperdício e ineficiente gestão dos serviços públicos regionais e autárquicos, bem como, do escrutínio sobre a aplicação dos fundos comunitários.

Todavia, é justo da nossa parte reconhecer a e congratular-nos com a disponibilidade e postura de diálogo manifestada pelos membros do Governo Regional, ao reconhecer a justeza das nossas aspirações e reivindicações dos nossos sindicatos há longos anos, ao assumir e afirmar o propósito de cumprir com o rol de promessas apresentados nos programas eleitorais dos partidos que suportam o elenco governativo.

Referimo-nos por exemplo, ao propósito de igualar os vencimentos dos trabalhadores das IPSS e Misericórdias aos da Administração Pública, estendendo-se também a esta decisão a regularização das progressões negadas pelo Governo anterior a todos os trabalhadores no período do PAEF 2011-2014 em Portugal, aliás, algumas já decididas e confirmadas pelos tribunais a favor dos trabalhadores.

Trata-se efetivamente de medidas de enorme justiça social e efetivo alcance motivacional para com os trabalhadores das instituições, que prestam um serviço de inestimável valor na nossa sociedade ao substituírem as famílias, no cuidado aos nossos idosos, crianças, órfãos e desafortunados por várias circunstâncias na sua passagem por esta vida terrena. Portanto, mais uma vez o nosso bem-haja por isso.

Contudo, alerta-se, que não basta a manifestação de intenções, são necessárias ações e tomar medidas tendo em vista a sua satisfação dos propósitos o mais rápido possível, por forma a evitar protestos, greves e outras manifestações que venham a perturbar o normal funcionamento das instituições e com evidentes prejuízos para a sociedade em geral.

➤ **Obras Públicas e Transportes Terrestres e Comunicações**

Face à nova orgânica do Governo Regional, que criou um departamento que agrega a totalidade das obras públicas na Região, esperamos que se traduza em maior eficácia e poupança de recursos, neste domínio, que como sabemos é muito vasto. Vai desde a construção e conservação de Escolas, Estradas, Portos, Aeroportos, Hospitais, Centros de Saúde etc.



Para além disso, se existir um planeamento adequado e à medida das empresas regionais, poderá ter um papel relevante na recuperação do setor da construção civil, que como sabemos sofreu um forte abalo com a crise financeira de 2008.

➤ **Transportes Aéreos e Marítimos**

A nossa condição arquipelágica confere a maior importância a este setor, por isso o departamento governamental onde se insere, a SECRETARIA REGIONAL DOS TRANSPORTES, TURISMO E ENERGIA, que tem a seu cargo a construção do porto das flores e recuperação e conservação doutros, bem como o plano de reestruturação da SATA, bem como as indemnizações compensatórias ao transporte entre ilhas agrega a maior dotação do plano, mais de 303 milhões de euros.

Quanto ao transporte aéreo queremos destacar e mesmo aplaudir a aplicação da tarifa única entre ilhas de 60,00 euros por passageiro, elimina burocracias, e impulsiona os açorianos a conhecerem as suas ilhas, e ao mesmo tempo dinamiza as economias de cada uma

➤ **Turismo**

Os sinais de forte e rápida retoma deste setor desde o 2º trimestre de 2021, faz-nos prever e pressentir que voltará no curto prazo aos patamares de 2019, devendo merecer a maior atenção do Governo Regional e demais entidades a ele ligadas, por todos os efeitos que terá a nível económico e social, a começar pelo contributo no equilíbrio da balança comercial, bem como ao nível do emprego.

A este setor tem de estar associado uma política de transportes aéreos oportuna e bem organizada, até como oportunidade e forma de garantir a viabilidade económica da Azores Airlines (Sata Internacional).

Por outro lado, é importante que se equacione também medidas para proteger os principais pontos turísticos, o meio ambiente e as paisagens em geral da sobrecarga humana que têm sido sujeitos nos últimos tempos.

Alerta-se mais uma vez para importância da formação profissional nas áreas como a restauração, mesa e bar, cozinha, atividades ligadas à natureza e ao ambiente, línguas e património, pelo que se exige aqui um reforço substancial das ações de formação profissional.

➤ **Assuntos Europeus e Cooperação Externa**



Não obstante a condição dos Açores de região autónoma com governo próprio, mas com um papel limitado no âmbito das relações externas, é-lhe permitido alguma intervenção sobretudo no domínio das especificidades próprias, pelo que é muito importante a sua presença nos mais diversos fóruns internacionais, designadamente a nível europeu e dos países com forte presença da diáspora emigração açoriana por forma a obter vantagens num mundo cada vez mais globalizado.

IV- INVESTIMENTO PÚBLICO

Este objetivo, que não é mais do que o resultado do Plano com o Orçamento Regionais para 2022, atinge o maior valor de sempre na história da autonomia, ascende a **962 milhões de euros**, correspondendo a **789 milhões de euros de Plano** e **173 milhões de euros de outros fundos, maioritariamente da União Europeia**, como bem explanado em documento distribuído recentemente em sede do Conselho Económico e Social pelo Senhor Secretário Regional das Finanças Planeamento e Administração Pública.

Conta com receitas próprias da Região, maioritariamente proveniente de Impostos, de Transferências do Orçamento do Estado Português por força da Lei de Finanças Regionais, de Transferências da U.E. e ainda de um empréstimo de 295 milhões de euros, que concordamos ser ainda indispensável face ao esforço de saneamento financeiro decorrente da reestruturação do SPER – Setor Público Empresarial Regional, em especial a recapitalização da SATA.

Face à sua natureza previsional, e, ainda porque se trata duma anteposta é natural que possam ocorrer alterações até à sua aprovação final, a que se junta as alterações na sua programação face às contingências e vicissitudes, decorrentes de imprevistos e fatores exógenos, como por exemplo a pandemia que nos atingiu, ou as catástrofes naturais que não raramente ocorrem na nossa região, para nós mais relevante que o seu planeamento ou programação, é a sua execução, que espera-se ser o mais próximo possível do ótimo, que é os 100%.

Não é demais recordar, que na última legislatura a execução dos Planos rondaram sempre valores entre os 70% e 75% do programado.

Além disso, sabe-se que grande parte das verbas que o compõem destinam-se ao cumprimento de compromissos financeiros plurianuais outrora assumidos, concretizados por puras transferências ou saídas de dinheiro sem qualquer ou muito pouco efeito multiplicador na economia atualmente, como são os casos das SCUT, PPP do Hospital de Angra do Heroísmo, e contratos diversos com Autarquias e Outras Entidades Públicas e Privadas.

Face à mudança do Panorama Político, e do tão propalado novo paradigma de desenvolvimento económico e social que o atual Governo prometeu implementar, aguardamos com expectativa que se



UNIÃO GERAL DE TRABALHADORES DOS AÇORES

concretize, não repetindo os erros do passado endividando as gerações futuras com investimentos que não se traduzam num real e verdadeiro retorno económico.

Quanto aos **V e VI capítulos**, designadamente da programação, e execução dos fundos comunitários sem domínio do mérito, ou, eventualmente demérito, dos diversos projetos contemplados no período de programação 2014-2020, no final de 2020, constatamos que o volume de fundos comunitários pagos a beneficiários finais com candidaturas aprovadas nos diversos programas operacionais atingia o montante de 1.107 milhões de euros, a maior execução a nível nacional, pelo que nos congratulamos com o fato.

Contudo, esperamos que tenham sido feitas opções de apoio a projetos efetivamente úteis e necessários, para o nosso desenvolvimento económico e social, de forma criteriosa e objetiva, e consequente quanto à melhoria das condições de vida dos açorianos, prática que exigimos que se prossiga, ou então altere caso sejam mesmo detetados erros ou desvio nos resultados esperados.

ABORDAGEM ENGLOBANDO O ORÇAMENTO PARA 2022

Da leitura dos documentos disponibilizados, constata-se que a proposta de orçamento para o ano de 2022 atinge um valor de cerca de 2.000 milhões de euros, dos quais, 789 milhões de euros estão afetos ao plano de investimentos, o que quer dizer que cerca de 1 211 milhões de euros se destinam a despesas de funcionamento, serviço da dívida, despesas com pessoal, ativos e passivos financeiros.

Estamos conscientes que a parcela do orçamento não destinada a investimento público é demasiado elevada, que urge de alguma forma corrigir, invertendo a tendência de aumento do stock da dívida, por forma a não colocar em perigo o equilíbrio das finanças públicas, e o comprometimento do futuro das novas gerações.

Contudo, esperamos que se consiga o desiderato acima por via do crescimento económico, sem prejudicar o justo direito dos funcionários públicos e demais agentes dependentes do Orçamento da Região, de auferirem um vencimento prestações condignas, em linha com as expetativas geradas pelo o Governo, designadamente com promessas de devolução de rendimentos aos Açorianos por outras vias, como consta no seu programa para a legislatura, tal como as progressões gestionárias na Administração Pública, o aumento do complemento regional do abono de família e do complemento social a idosos, bem como com a atualização da remuneração complementar dos funcionários públicos.

Açores, 21 de outubro de 2022

UGT/AÇORES



UNIÃO GERAL DE TRABALHADORES DOS AÇORES